

Elogios ao escritor Sarney

A secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto divulgou, ontem, a tradução de um artigo do jornal Times, de Londres, elogiando o livro "Contos de chuva e de luz", do presidente José Sarney, apresentando como "um retrato crítico e sem retoques da violência e machismo" do

Maranhão. Assinado por Mac Magolis, que entrevistou o presidente, o artigo diz que Sarney, "o filho mais famoso do Maranhão", adotou o estilo cordelista e que, com isso, conseguiu chegar à Academia Brasileira de Letras. Segundo a SIP, a obra de Sarney foi recentemente traduzida e está sendo vendida na Europa.

JORNAL DA TARDE

8 JAN 1987

ANC 105
**CONSTITUINTE
Parlamentarismo,
uma idéia com
cada vez mais
adeptos.**

A corrente de deputados e senadores dispostos a defender o sistema parlamentarista na Assembléia Constituinte é cada vez maior, na opinião do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). "A tese é muito bem aceita entre os novos parlamentares", constatou ontem o senador. Ele propõe a eleição direta do presidente da República, a quem caberia a indicação do primeiro-ministro, com direito a uma nova chance caso a Câmara rejeitasse o primeiro nome.

Carneiro, que postula a presidência do Senado, vê com reservas o mecanismo clássico do parlamentarismo que consagra a dissolução do Congresso. Tal procedimento, segun-

do ele, poderia trazer transtornos à administração e mesmo à atividade produtiva do País. Carneiro defende ainda a manutenção do bicameralismo como condição essencial para que a Federação seja preservada.

Nesse particular, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), também em campanha pela presidência do Senado, concorda com Carneiro. "O eventual desaparecimento do Senado abriria caminho para o fortalecimento desmedido de Estados, já política e economicamente poderosos em detrimento da grande maioria das unidades federativas que se encontram em situação oposta", disse Lucena.

Para a manutenção do bicameralismo, contudo, Carneiro reconhece que o Senado precisa ser fortalecido — "não só dando exemplos de competência e probidade administrativa, mas também readquirindo prerrogativas perdidas, além de incorporar outras, como o poder de participar efetivamente na formulação e fiscalização da política externa".

De qualquer forma, Carneiro acredita que o parlamentarismo será implantado com ajustes às conveniências do País. Nesse sentido, ele

lembra que está em tramitação um projeto do ministro Jorge Bornhausen, apresentado ainda quando era senador, que considera as peculiaridades para promover a transição do presidencialismo — "autoritário e concentrador de poderes" — para o parlamentarismo "das decisões compartilhadas e descentralizadas".

Igreja

O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, forneceu ontem maiores detalhes sobre o grupo de trabalho que a entidade manterá junto à Constituinte. "O episcopado usará de todas as formas possíveis, legítimas e democráticas de pressão sobre os constituintes para que o novo texto a ser elaborado reflita a vontade expressa de toda a comunidade brasileira", avisou ele.

Esse grupo de trabalho, segundo dom Ivo, receberá sugestões e reivindicações da sociedade para levá-las ao Congresso. Entre elas destacou particularmente aquelas já contidas num documento elaborado há meses pelos bispos, que defendem "o direito à vida no seu mais amplo significado". Dom Ivo referia-se à

posição da Igreja na questão do aborto. "O direito de nascer, de sobreviver e de viver condignamente" é uma posição básica que a CNBB vai defender e da qual não abrirá mão.

Isso, contudo, não exclui outras questões abordadas no documento dos bispos — como a educação, "que deve ser livre e autônoma tanto na liberdade religiosa e ideológica". Outro assunto prioritário para a CNBB é o que se refere aos direitos sociais do cidadão. Para recolher subsídios a essas propostas, o grupo de trabalho que a CNBB manterá em Brasília estará aberto a toda a comunidade. "Será uma forma de apoio às reivindicações populares e legítimas", argumentou dom Ivo.

Nas questões particulares do Rio Grande do Sul, dom Ivo esclareceu ontem, em reunião com o governador eleito Pedro Simon, que a CNBB está disposta a apoiar o governo na moralização e racionalização da administração pública do Estado — sobretudo na realocação de pessoal que esteja ocioso em funções não essenciais. Dom Ivo, contudo, considerou que a possibilidade de demissão é "algo muito sério" e precisa ser analisado "com muita justiça e equidade".